

1. É esta coisa simultaneamente
uma confirmação e um anúncio.

Da confirmação dá conta a
vossa presença aqui, a solidaniedade
cívica que ela representa, o conteúdo
ético e eficaz do vosso empenhamento,
o potencial mobilizador do vosso
entusiasmo e da vossa perseverança.

Da confirmação dá conta tam-
bém as palavras do Prof. Eduardo
Lourenço. Vindas de quem vêm
e expressas como o foram,
abrem rumos de pensamento e
de acção para esta caminhada
que temos a percorrer.



Remetters of event and

Nas múltiplas trajetórias ²
que aqui vos conduziram, reconheço
os traços de um novo estilo de
intervenção política que, só por si,
rasga novos horizontes para a
sociedade portuguesa.

Está confirmado aqui que a
diversidade regional contém riqueza
suficiente para reunir as vontades,
conjugas os recursos e gerar à sua
volta um dinamismo próprio e
original.

Está confirmado aqui que o
país tem recursos humanos sufi-
cientemente diversificados para
deles podermos esperar as
soluções necessárias e urgentes
para os múltiplos problemas
com que o país se defronta.



É vossa, pois, a confirmação ³
de que uma mesma expectativa
actuante atravessa a sociedade
portuguesa.

Do anúncio cabe-me a
minha conta. E isso faço,
com o apoio da vossa presença,
das vossas idéias, dos vossos
sentimentos e vontades:
é firme a minha decisão de
me candidatar à Presidência
da República.

— II —



2. Torno pública a minha 4
candidatura à Presidência da
República na plena consciência
da grave crise económica e
social que o país atravessa.

A economia ao serviço do
homem que, ao longo dos anos,
tenho vindo a defender, não
se compadece com as soluções
enxeramente financeiras e monetaristas que têm caracterizado
a gestão pública nos últimos 6
anos.

Para além do q̄ sabemos
e conhecemos à nossa volta,
é importante ~~adefarir~~ ^{re-afirmar} a consciência
colectiva da gravidade do nosso
viver.



5
Recordo, por isso, alguns factos —
q̄ ilustram essa gravidade:

— o salário médio real em 1984
foi inferior em 10% ao salário
de 73;
em termos aquisitivos internacionais
caiu 40%;

— os n.ºs são ainda mais gritantes
para o salário mínimo:

o salário mínimo real de 1984
corresponde, em termos reais,
a menos de 2/3 do primeiro
salário mínimo instituído em
Portugal em 1974;

— igualmente grave é o aumento
do custo de vida quer em relação
à nossa própria experiência (atingimos em 1984 a maior inflação
da nossa história, 29,3%) quer



em comparação com os outros 6
países europeus (enquanto em
78/79 a inflação era 3 vezes maior
9 a ^{média} dos países europeus, em 1983
era 4 vezes maior e em 1984 era
6 vezes maior.)

— Sentido por toda a população,
directa ou indirectamente, o
desemprego atinge meio milhão
de portugueses, i.e., 11 % da
população activa, dos quais
3/4 têm menos de 25 anos.

Face a estes factos, pergun-
tamo-nos onde está o caminho
viável.



Se me candidato à Presi⁷
dência da República é porque
sei que há entre nós competência
suficiente para descobrir as
soluções que requer, com urgên-
cia, uma economia nacional
distorcida, num contexto inter-
nacional de desordem monetária
e comercial institucionalizada.

A viabilidade dessas soluções
tem de acoplar-se a a determinação
das decisões e o exercício vigoroso
da vontade política.

Considero q, no exercício da
função presidencial, não me
cabe impor ~~as~~ soluções.
Mas sim criar as condições
para que as soluções necessárias
e inadiáveis se possam con-
cretizar.



Por isso, reafirmo a importância que atribuo, na função presidencial, à vigilância e controle relativos ao cumprimento das normas constitucionais que estabelecem os mecanismos reguladores de uma vida económica com objectivos claros, regras precisas e participação alargada a todos os agentes económicos e sociais.



9

Não posso deixar de
afontar, ~~com preocupação~~, neste
afunilamento da ~~tida~~ economia
nacional, o peso q̄ representa a
dívida externa.

Somos um dos três países
do mundo que, em termos rela-
tivos, tem uma dívida mais
elevada: ~~ela~~ atinge 70% do
PIB, enquanto os pagamentos
anuais q̄ exige correspondem
a 55% das remessas dos emi-
grantes e a 30% das nossas
exportações.

Sem a intervenção de uma
ação eficaz, possível e drástica
teremos atingido o nível do
sub-desenvolvimento e difícil
ponto de retorno: pedir ~~em~~ em-
prestado para pagar os emprés-
timos contraídos.



Tenho afirmado — e con- 10
firmo-o aqui — que a minha
candidatura não prescinde de
colocar condições para a
renegociação da dívida externa.

As soluções possíveis fazem
já hoje a unanimidade dos
leaders mundiais.

Pensam pelo re-escalonamento
pluri-anual da dívida, pela
definição de valores máximos
p.º o serviço anual da dívida,
pela eventual existência de
um período de moratória mi-
tigada, pela exigência (que é
direito e dever de cada Estado
q.º contrai um empréstimo) de
definirmos o curso próprio
Plano de desenvolvimento e
de enunciarmos as prioridades
q.º a nós próprios nos damos
— salvaguardando, sempre,
a dignidade do Estado nos
compromissos assumidos.



3. A consciência da situação 11
do país não deixa de fora a com-
plexidade crescente no quadro das
instituições políticas.

Proponho-me fazer face a
essa complexidade, tomando-a
como um dado do mundo mo-
derno e como uma interrogação
posta às democracias nos últimos
anos.

Por isso, recuso a hegemonia
da luz ideológica. As ideologias
são hoje uma via de simplifi-
cação face à complexidade.
Escondem a ausência de
análise crítica dos problemas,
de perspectiva científica e
planetária para o seu equacio-
namento, de opções necessárias
para a sua resolução. Funcionam
como mecanismo redutor que
reverte todos os problemas à sua
interpretação mágica e ingénua.



devolve todos os problemas ao 15
que interpretaç mágica e ingénua.

O estrangulamento político
provocado por esta postura é tão
grave como o estrangulamento
económico. Conduz a um tal
reducionismo dos problemas,
que a vida política perde o sentido
do real e se torna cada vez mais
alheia às situações concretas. ~~É~~
~~ento q se pode dizer q o país~~
~~é ingovernável.~~

Fundação Cuidar o Futuro
Duas posições políticas de-
correm dessa simplificação:
a q conduz à bi-polarizaç e a
q, como consequência dela,
desenvolve a tese "1 Presidente/
1 maioria / 1 governo".

A divisão maniqueísta
entre "bons e maus" q a
bi polarizaç traz iliciteza
ou explicita/ consigo, vem



sobrepôr-se a aspiração ten 16
denuncialmente totalitária de
concentrar todos os poderes nos
mesmos grupos como via de
absorção dos conflitos. Apare-
cendo como justificada pela
necessidade institucional de
harmonia entre os órgãos de
cobrança, essa aspiração age
em detrimento da autonomia
desses órgãos. Trata-se ^{então} de procurar
uma expressão homogênea do
regime, excluindo os elementos
correctores do sistema. É, ~~ainda~~
^{ainda} de forma obscura, a suprema-
cia do Estado sobre a sociedade.

Tal não é a minha posição. 17
Enquanto candidata independente
à Presidência da República, propo-
nho-me dar voz à necessidade
de auto-correcção da sociedade,
sem privilegiar $\bar{q}$ maioria
e estando abertas a todas as
maiorias possíveis. $\bar{q}$ se consti-
tuam ~~para~~ c/ objectivos e pro-
gramas precisos. A exigência
 $\bar{q}$ ~~fora~~ ^{me sinto} obrigada a formu-
lar é a $\bar{q}$ decorre da perspec-
tiva do Chefe do Estado: num
país em grave situação insti-
tucional, as soluções imediatas
cô são aceitáveis na medida
em $\bar{q}$ se inserem numa
perspectiva a longo prazo.

É porque entendo a
sociedade como um todo,
como um corpo vivo em
 $\bar{q}$ todas as partes são solidárias



e inter-dependentes entre si 18
que não hesito em dizer que desejo
actuar como factor de unidade
como apelo ao esforço congregador
de pessoas e ideias.

Ao ~~ad~~ candidatar-me à
Presidência da República ~~aceito~~
adopto uma atitude realista;
aceito o desafio deste fim-de-
-século na reformulação das
ideologias e do seu lugar na
vida política.

Por isso, não abduco da
matriz cultural de todo o
acto político, ainda que o seu
bom-entendimento apareça a
alguns como ^{expressão de} utopia. (~~Sempre essa~~
~~componente que lhe dá fôlego e~~
~~fundo, a política escoa-se num~~
~~jogo de poderes que aniquila os~~
~~espíritos e empobrece a nação.~~)



4. 22 É nestas premissas 19
que baseio um exercício da
função presidencial activo,
interventor e corresponsável
pela evolução da sociedade
portuguesa.

~~O quadro de 5 anos~~
É o PR, em virtude
dos ~~poderes~~ competências que a
Constituição lhe atribui, a
instância última do controle
democrático.

Os poderes de influência
~~que~~ do PR radicam no
direito-dever de se pronun-
ciar em todas as emergências
graves da vida da República.

20

Os actos próprios do PR têm, por um lado, ~~uma~~ cariz normativo e, por outro, natureza política. Assim ^{se afirma a posição} ~~radica a essência~~ ~~mais concreta da ideia~~ de chefe de Estado, i.e., a de um poder de decisão e de autoridade superior a cuja idoneidade se reconduz o juízo político último sobre o funcionamento das instituições do Estado, no seu todo.

É neste contexto q̄ interpreto o juramento que faz o Presidente eleito de "cumprir e fazer cumprir a Constituição".

A quem cabe uma missão
uma tarefa, uma responsabilidade



cabre igualmente, por preceito 21
democrático, a autoridade
para que essa responsabili-
dade seja plenamente cum-
prida.

É nessa autoridade q se
baseia o dever q ao Presidente
da República incumbe de
responsabilizar o Governo
pelos seus actos.

A responsabilidade do
Governo perante o Presidente
da República que a Revisão
de 1982 consagrou é, de
facto, ~~mais~~ uma responsa-
bilidade mais ampla
do que a mera responsa-
bilidade política.



Responsabilidade ~~que se~~ manifesta^{se} em três planos:

— responsabilidade técnica, onde avulta a competência para a definição e execução das políticas; o conhecimento concreto do país que permita respostas adequadas à ~~realtà~~ realidade; a capacidade de cumprimento de prazos exigidos constitucionalmente;

— responsabilidade ética que se exprime na isenção ^{quanto a} ~~dos~~ processos de nomeações de concessão de subsídios, atribuição de verbas, de constante atenção à igualdade dos cidadãos perante o Estado;

— responsabilidade política, que se traduz no cumprimento do programa aprovado pela AR, na salvação



guarda dos processos demo²³
cráticos de consult^a aos parceiros
sociais e de informação à opi-
nião pública.

Este papel interventor do
PR só poderá ser regularmente
cumprido se o PR acompanhar
de forma ~~de~~ directa as atitudes
dos restantes poderes públicos
reivindicando o espaço insti-
tucional e a Constituição de
República lhe confere e exige.

Aí está em jogo a digni-
dade e a credibilidade
do Estado.



6. 22 Ao candidatar-me 24
à Presidência da República,
proponho-me assumir o
exercício de uma liderança
real ao nível do Estado.

Considero q̄ a extrema
gravidade da situação
portuguesa, tanto no plano
económico como no plano
político, conduz o futuro
PR à obrigatoriedade de
estabelecer balizas claras
nos grandes princípios
definidores de sua função,
para o período do seu
Mandato.

A existência de tais
balizas corresponde,
por um lado, a análise

São esses princípios 25
clara/ enunciados no Art. 123
da Constituição. O PR é "o
garante da independência
nacional, da unidade do
Estado e do regular funcio-
namento das instituições
democráticas".

É chegado o momento
de interpretar, sem hesitações,
esta Fundação Cuidar o Futuro tríplice garantia como
alicerçando simultaneamente
a democracia política e a
democracia social, económica
e cultural. Com esta in-
terpretação ~~de~~ considero que se pode iniciar um
novo ciclo de vida política
portuguesa.



Assim, a história dos 26
últimos 30 anos torna claro ^{política} que
a independência não é sus-
tentável a prazo sem a cor-
respondente autonomia econô-
mica e cultural.

Não cabe, obviamente,
ao Chefe do Estado, a gestão
quotidiana da política
externa. Mas cabe-lhe,
como garante da indepen-
dência nacional, perspec-
tivar e assegurar as condições
para que as dependências
inevitáveis se tornem parte
de uma interdependência
vivificadora e de uma nova
colaboração com os outros
 povos.



Digo-o com ambiguidade: ²⁷
os grandes empréstimos q̄
vinculam o ~~Estado~~ ^{país} a condições
impostas, o lugar de Portugal
na divisão internacional
do trabalho, o relaciona-
mento com as instituições
multi-laterais, os acordos
relativos a grandes áreas
geo-políticas, e as questões
que, por serem questões
de Estado, não podem
deixar de ^{exigir} a responsabilidade
^{activa do} Chefe ^{do} ~~do~~ Estado.

Noutros termos: propo-
nho-me apoiar activamente
as políticas q̄ diminuem
a dependência e q̄ contri-
buem para uma colaboração



concreta, eficaz e de ganhos²⁸
recíprocos, em q̄ sejam res-
peitados os valores nacionais
nos domínios militar,
cultural, económico, finan-
ceiro, alimentar e tecnológico.

Na minha candidatura
à Presidência da República
garantir a independência
nacional é refazer, em termos
dinâmicos e modernos, a
rota de Portugal no mundo.



6. 33 É o PR garante da 29
unidade do Estado. Na
situação actual do país,
a unidade do Estado supõe
o fomento da diversidade
que enriquece o país e o
reforço de todas as vias
para a sua articulação
e coesão de uma diversidade

Dou especial relevo
à compatibilização de todas
as unidades territoriais,
à obrigatoriedade constitu-
cional da regionalização,
bem como a tudo o que
possa promover os factores
de identidade e de unidade
que são a língua e a cultura
portuguesa.



30

⑥ papel interventor do PR é ainda determinante na busca de consensos quando estão em jogo conflitos de interesses.

~~⑥ PR tem de assumir~~

Estou consciente de q ~~no~~
~~próximo mandato~~, o PR terá
de assumir-se como "procurador" de todos os portugueses, chefiando o Estado, como lhe compete, com autoridade e firmeza, em defesa dos grandes valores e princípios da Constituição da República.

É à volta dela, dos seus vectores fundamentais e estruturantes, q os consensos deixam de ser simples colocações arbitrárias de equilíbrio — impostos



pela força do Estado quer 31
dos grupos.

A autoridade que o PR
pode a todo o momento exercer
é consolidado pela legitimação
q' lhe vem de um diálogo
constante com todas as forças
vivas do país. Diálogo directo
c/ o cidadão, com os partidos,
com as forças sociais organi-
zadas, c/ a AR, c/ o Governo,
c/ as instituições da Adminis-
tração Pública, c/ os órgãos do
poder regional e local, c/
novos parceiros sociais de q'
destaco a Escola, os centros
de investigação, os diferentes
grupos de quadros técnicos.



Esse diálogo, ~~em~~ como 32
meio de resolução de conflitos
e de perspectivas de novas
entendimentos, está no cerne
da garantia de unidade q̃ o
Chefe do Estado representa.

Ao candidatar-me à
Presidência da República,
tenho de afirmar, com toda
a clareza, ~~de~~ q̃ considero
q̃ a existência de entendi-
mento entre todas as forças
vivas da sociedade é uma
necessidade objectiva do
país. As soluções insti-
tucionais a encontrar
terão a norteá-las uma
necessidade objectiva e in-
eludível.



Proponho-me promover 33
os consensos necessários
quer institucionais quer ao
nível das definições das grandes
políticas. Já tive ocasiões de
verificar q, p^o além dos pe-
ríodos eleitorais em q as
divisões se acentuam, as
forças partidárias, uma vez
no poder, aproximam-se, nos
seus programas, umas das
outras.

Fundação Cuidar o Futuro

Considero q a função do
PR na concertação social é a
de estimular a procura de
consensos activos, dinâmicos,
q respondam, ao mais alto
nível de optimização, aos
problemas próprios de um
sector de actividade, de uma
região, de uma zona de



34
blemas. Cabe ao PR
perspectivar os consensos per-
celares face aos grandes
interesses nacionais e à
crescente dignificação do Estado.

Através de todos estes
actos, o PR poderá ser de
forma eficaz e perseverante
o garante do regular funcio-
namento das instituições de-
mocráticas", entendido
esse funcionamento não só
no seu formalismo necessário
mas também no seu con-
teúdo específico, no seus
objectivos e prioridades, no
papel que lhe cabe na
resolução eficaz dos pro-
blemas do ~~populac~~^{popo} portu-
guês.



Dei conta do modo
Como entendo a minha
candidatura à Presidência
da República. No termo
desta explicação talvez
se possam entender com
maior clareza as intenções
que norteiam a minha decisão.

Candidato-me porque,
com a eleição presidencial,
podemos iniciar um ciclo
revitalizador da vida
nacional.

Candidato-me porque
às formas diversas do
conformismo, do fatalismo
que geram soluções repeti-
tivas, é urgente contrapor
o realismo da inovação e
das respostas criadoras

Candidato - me porque a
ética obriga a buscar caminhos
para que aquilo q é tido
como ~~sendo o~~ possível. se aproxime
cada vez mais da aquilo que
é ~~seca~~ não só desejável
mas imperiosamente ne-
cessário.

~~Candidato - me porque
me sinto parte de um pro-
cesso colectivo em que a
esperança se multiplica
em cada dia q passa. ~~em~~
~~em que circula~~~~

Por isso, a minha
candidatura à Chefia do
Estado inclui uma proposta
e um apelo. Uma pro-
posta: ~~em que~~ ~~supõe~~ ~~que~~
~~eu espero~~



aceitarmos as ~~que o~~ novas exigên- 37
cias ~~a todos~~ ^{que representam} nós e mobilizar
mos recursos ~~todos de cada um~~ ^{que em nós estão latentes}.
Um apelo: ~~que o~~ de formar-
nos em conjunto uma
República de cidadãos que
seja também a "terra de
fraternidade" com q contemos
um dia.

Fundação Cuidar o Futuro

